

## IDEOLOGIA: ATUALIZANDO A REFLEXÃO

*IDEOLOGY: ACTUALIZING THE REFLEXION*

Vitor Marinho de Oliveira

Doutor em Educação pela UFRJ

Docente da UGF

A ideologia sempre foi desencadeadora de discussões tão apaixonadas que Bell tentou assassiná-la nos anos 50. Fukuyama, há pouco, tentou sepultá-la definitivamente, ao decretar o fim da História. Curioso observar os paradoxos. Bell vivia o calor da Guerra Fria e Fukuyama observava os escombros do Muro. Suas idéias são produto — como sempre — de condições históricas que viabilizaram embates exatamente no campo ideológico.

Foi Marx que elevou ideologia à condição de **categoria**. Este ensaio pretende apresentar a evolução deste conceito no pensamento marxiano, bem como sua presença na interpretação de alguns marxistas.

Com os antecedentes baconianos de sua **crítica dos ídolos** e a brilhante dedução de Helvetius segundo a qual nossas idéias são a conseqüência necessária das sociedades em que vivemos, as noções de ideologia em seu sentido atual radicam no Institute de France, a quem foi confiada pela Convenção de 1795 a responsabilidade de instalar um centro de pensamento revolucionário. Os savants da Revolução Francesa eram os líderes desse centro e eram chamados ideólogos (Hall, 1983).

Desfeito o grupo dos savants, Destutt de Tracy utiliza-se do termo ideologia — pela primeira vez, de acordo com Löwy (1987) e Chauí (1981) — em sua obra

Elements d'Idéologie, publicada em 1801. Ao pretender dispensar um tratamento científico ao estudo das idéias, considera que estas são o resultado da interação entre o corpo e o meio ambiente. Essa naturalização do pensamento humano estabelecia uma contradição com a intenção de Tracy em tentar revelar a historicidade das idéias.

Em 1812, Napoleão refere-se aos ideólogos afirmando que

todas as desgraças que afligem a nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história (*apud* Chauí, 1981: 24).

Ao dar uma conotação metafísica à postura que os chamados ideólogos consideravam, eles mesmos, materialistas, Napoleão inaugura um sentido de negatividade para o termo ideologia, na medida em que as especulações metafísicas só poderiam convergir para a inversão das relações entre as idéias e o real (Chauí, 1981). Conforme veremos mais adiante, essa acepção de ideologia será resgatada por Marx e Engels.

Comte em seu Cours de Philosophie Positive (1830/1842) utiliza-se também do termo ideologia, dando-lhe dois significados. O primeiro, praticamente igual ao de Destutt de Tracy. O segundo, como “o conjunto de idéias de uma época, tanto como ‘opinião geral’ quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época” (Chauí, 1981: 25-26). Esse segundo sentido de ideologia é bastante marcante na sociologia comteana, pois de acordo com as suas fases de evolução do espírito humano, em cada uma delas está presente uma orientação (ideologia). Na última e definitiva dessas fases (positiva ou científica), a “latente sociedade industrial necessitava passar por algumas mudanças, que deveriam ser comandadas por industriais e cientistas [...] como consequência da ordem instalada” (Bedone, 1987:

31). Essa nova ordem será consagrada “onde a prática estiver subordinada à teoria, isto é, ao conhecimento científico da realidade” (Chauí, 1981: 28). Levando em conta que industriais e cientistas deveriam dirigir as modernas sociedades e que estas, antes de serem modernas, eram burguesas, percebe-se que o corpo teórico de conhecimento existiria para apoiar os regimes burgueses recém-inaugurados. Nessa medida, o corpus teórico assume conotação ideológica.

Sob pena de cair num sincronismo indesejável, é necessário que se compreenda Marx dentro de um processo de evolução intelectual que pode ser dividido em três fases que não representam cortes epistemológicos do tipo **jovem e velho** Marx, também indesejáveis (Larrain, 1988).

A primeira fase vai desde o início da sua produção até 1844, que marca o rompimento com Feuerbach. Marx ainda não se utiliza explicitamente do termo ideologia, apesar de deixar perceber elementos que iriam compor sua concepção, como por exemplo quando faz suas críticas à religião e ao Estado hegeliano. Aqui, já se encontra presente a idéia de **inversão** da realidade, sem, contudo, considerar a busca da compreensão política dessa realidade. A ideologia, a essa altura, era um conceito filosófico que explicava os **vácuos** da realidade, que só permitem perceber **aparências** (Brasil, 1988). A idéia de inversão encontra-se presente nas suas críticas a Feuerbach e Hegel, que são os seus pontos de referência nessa fase (Larvain, 1988).

Até os Manuscritos, Marx ainda está profundamente influenciado por Feuerbach e Hegel. Encontramos, ainda, expressões como **realidade humana e essência ou natureza do homem**, que vêm a ser a mesma coisa e materializam-se no trabalho. Este, no entanto, já era entendido ao contrário de Hegel, ou seja, pelo seu lado negativo, que é o trabalho alienado (Vásquez, 1977). Em relação à crítica da religião

feita por Marx, aceita o princípio feuerbachiano de que o homem fez a religião, mas a supera ao argumentar que a crença de que Deus fez o homem é outra inversão que expressa as contradições do real (Larrain, 1988).

O rompimento de Marx com Feuerbach (1845) marca o início da segunda fase, que vai até 1857, sendo o período de elaboração da sua — talvez — maior contribuição científica, juntamente com Engels: o materialismo histórico. A ruptura com Feuerbach fica bem compreendido na 3ª tese:

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora (Marx, s/d: 208-209).

A partir d' A Ideologia Alemã (1845-1846), Marx — desde A Sagrada Família (1845) já escreve em parceria com Engels — começa a conceber uma outra perspectiva de se entender a história e introduz — literalmente — o conceito de ideologia em sua obra.

N' A ideologia Alemã, o conceito de ideologia aplica-se basicamente à produção da mente humana, enquanto sistema das faculdades mentais, sejam elas produtos lógicos em sentido estrito (idéias, pensamentos, doutrinas) — ou quaisquer outro tipo de representação. Marx já buscava mostrar que o problema da ideologia não pode ser separado da questão política da dominação, ou seja, dissociar ambos os planos é pensar a ideologia de maneira insuficiente. Marx ensina que a ideologia dominante não se destina somente às classes dominadas, quando afirma:

As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual (Marx e Engels, 1986: 72).

Trata-se, portanto, do papel que a ideologia tem de atuar no sentido de manutenção da ordem social estabelecida. Dessa forma, a ideologia assume uma função de negatividade, ou seja, de realidade ilusória, provocadora de reconhecimentos falsos ou de falsa consciência em geral. Cabe-lhe encobrir uma verdade: a realidade da exploração e submissão a que estão sujeitas as classes subalternas da sociedade.

Nessa fase, portanto, Marx amplia o seu conceito de ideologia onde esta não será apenas **aparência**, e sim **intenção política**. Buscam assim, uma compreensão mais abrangente da sociedade capitalista. Vê-se, portanto, que a ideologia ainda tem um caráter restrito, que não explica todas as **distorções** da realidade social, além de não tentar superar contradições apontadas com outra arma além da crítica. De qualquer forma, Marx já caminha pela estrada da história real, pois “abandona a idéia de um homem concebido como uma essência humana universal abstrata, privada de qualquer relação intrínseca com o mundo real, pura autoconsciência” (Severino, 1986: 6-7).

A terceira fase vem com os Grundrisse (1858) e termina com o estabelecimento de uma teoria sobre determinado modo de produção: o Capitalista, onde o homem não perde a condição de **natural** — já expressa nos Manuscritos —, mas encontra no mundo exterior a mola que o impulsiona em direção às suas necessidades. Dessa forma, o ser humano transcende a condição de natural e transforma-se em ser histórico. As relações que o homem concreto, real, trava com o mundo — também concreto e real — são relações de caráter econômico-social. Nas relações sociais da

economia de mercado, a lei que dirige é a lei do maior lucro. A evolução da humanidade, porém, chegou a uma etapa onde as coisas criadas pelo homem para a satisfação das suas necessidades — quer espirituais, quer materiais — perderam o sentido do valor de uso, pois foram transformadas em mercadorias. As implicações éticas que se podem tirar disso se fundamentam na transformação do próprio homem em mercadoria.

A terceira fase, que culmina n' O Capital (1861/1879), marcando “o instante da mais elevada elaboração de sua crítica da economia política” (Flickinger, 1985: 90), o termo ideologia quase desaparece, mantendo-se basicamente a elaboração teórica já feita, na medida em que a noção de inversão continua sendo aplicada, reelaborada no bojo do desenvolvimento intelectual de Marx. Isso manifesta-se na sua obra maior, ao referir-se ao funcionamento do mercado e à concorrência nas sociedades capitalistas, onde

tudo parece invertido na concorrência. O padrão final das relações econômicas vistas superficialmente em sua existência real, e conseqüentemente nas concepções pelas quais os seus portadores e agentes procuram compreendê-las, é muito diferente, e, na verdade, é o próprio inverso, de seu padrão interno essencial, mas oculto, e da concepção que a ele corresponde (*apud* Larrain, 1988: 184).

Vemos que, apesar dos avanços de Marx, a concepção de ideologia ainda se encontra significativamente vinculada às classes dominantes, mantendo suas características de negatividade, na medida em que o seu papel seria o de mascarar a realidade social, criando uma falsa consciência desta realidade.

A primeira ampliação mais significativa do conceito de ideologia dá-se com Vladimir I. Lenine. Essa ampliação não nega a construção conceitual de Marx e Engels. Supera-a. Ideologia não viria a ser algo ligado apenas à classe dominante, e sim às classes, quaisquer que fossem. As próprias condições de existência de Lenine

fizeram-no estender o conceito para consciência de classe e para a luta política, deixando de representar apenas a concepção de mundo dominante. O entendimento da ideologia deixa, pois, o espaço teórico para aninhar-se no espaço político, deixando de ter “o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem em Marx, e passa a designar qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe” (Löwy, 1987: 12).

Sem dúvida, Lenine foi aquele que soube interpretar o marxismo em condições históricas determinadas, aplicando-o a uma situação concreta — no caso, às lutas políticas nos fins do século XIX na Europa Oriental e, particularmente, à Rússia czarista. Desde cedo era líder em São Petersburgo, pregando o afastamento da propaganda doutrinária “em favor das atividades de agitação econômica de massas” (Harding, 1988: 211). Sua concepção de ideologia encontra-se inevitavelmente ligada à sua concepção de partido, enquanto vanguarda do movimento operário (Lenine, 1974) e no seu estudo sobre as tarefas do proletariado na revolução (Lenine, 1987).

Ainda dentro da produção marxista, encontramos Georg Lukács, cuja obra pode ser considerada “como a mais ambiciosa arquitetura teórica do marxismo posterior a Lênin” (Netto, 1983: 10). O notável pensador húngaro relaciona a consciência de classe à questão ideológica, considerando em suas reflexões a existência, tanto de uma ideologia (consciência) burguesa, como uma ideologia (consciência) proletária. Desta, o marxismo seria a sua expressão maior, enquanto instrumento de luta.

Em História e Consciência de Classe, publicado em 1923, Lukács constrói o seu discurso a partir da recuperação do pensamento hegeliano, motivo que o levou a ser considerado idealista, revisionista etc. Muitos anos após, o próprio Lukács faria autocrítica, ao referir-se a **erros grosseiros** que cometera. Era um marxista por convicção, porém, suas reflexões sobre a ciência e, particularmente, sua concepção

sobre a relação teoria e prática (conhecimento e ação) encontram-se no âmago do que pode ser considerada a sua ampliação do conceito de ideologia.

Para Lukács, o proletariado é a primeira classe social que surge na história com possibilidade de compreender a sociedade como um todo, tornando-se o sujeito e o objeto de conhecimento histórico, o que lhe possibilita criar uma teoria verdadeiramente revolucionária. A verdade, pois, está presente pela primeira vez na história. Libertando-se, o proletariado libertará toda a humanidade. Essa é a sua tarefa, apesar de sua imaturidade ideológica, pois sua consciência encontra-se contaminada pela ideologia burguesa (Mc Donough, 1983). Nesse ponto, percebe-se o resgate do conceito de ideologia como falsa consciência presente no Marx de *A Ideologia Alemã*.

Gramsci foi quem, finalmente, mais ampliou o conceito de ideologia numa perspectiva marxista. Para o pensador dos *Cadernos*, ideologia representa uma visão de mundo em todos os espaços da vida: arte, literatura, economia etc. A ideologia é tudo que está organizado no plano das idéias, não significando, apenas, concepções introjetadas. Por esse caminho, Gramsci rejeita o caráter negativo de ideologia. Esta passa a confundir-se com a própria vida e é o espaço de realização da política.

Ideologia é a explicação pela qual uma classe pode exercer hegemonia sobre as demais, assegurando o apoio das maiorias. Apesar de não existirem, apenas, duas ideologias — dominante e dominada —, estas são as mais importantes e encontram-se imbricadas, o que denota uma concepção de ideologia anti-estruturalista. Ideologias são concepções de mundo que se constroem e desconstróem.

Gramsci não rompe com a arquitetura social marxista quando analisa as relações de base e superestrutura. A base continua sendo o paradigma da análise histórica, apontando, porém, para um grau de autonomização da superestrutura. A base, portanto, é o locus onde as classes são precisadas: é o espaço de produção. A



base (espaço da produção) é a forma e a superestrutura (espaço da ideologia) é o conteúdo, apesar de não haver relação de dependência absoluta entre as duas instâncias.

O filósofo italiano aproximou ideologia e luta política, para alcançar-se o poder. Para tal, a ideologia seria um **espaço ontológico**, onde as classes seriam identificadas; um **espaço gnosiológico**, onde se daria o conhecimento do jogo político; e, finalmente, um **espaço axiológico**, onde identificar-se-iam os valores. A tarefa política dá-se no processo de desvelamento do senso comum que, em Gramsci, é sinônimo de consciência fragmentada, onde o empirismo passa a ser a própria explicação do mundo. A busca de transparência, portanto, é a função de luta política.

A hegemonia — sua principal categoria — dá-se via imposição da ideologia como espaço político, assumindo uma conotação de **direção**, e não de domínio. Hegemonia não é, nessa medida, homogeneidade, e sim prevalência, ou seja, possibilidade de uma extensão maior sobre uma extensão menor (classes subalternas e classes dominantes).

Gramsci destaca o papel do intelectual como elemento de mediação na busca da hegemonia. Existem dois tipos de intelectuais: o tradicional e o orgânico. O intelectual tradicional está ligado aos mecanismos de dominação e defende princípios que não são atualizados historicamente: é a própria memória da dominação. O intelectual orgânico — muito mais instituições do que pessoas — podem ser de dois tipos: aquele que se liga à classe dominante e o que está a serviço da classe dominada. Entre os intelectuais orgânicos trava-se uma luta de competência em busca de uma concepção hegemônica que se manifesta por articulação de alianças inter e intra-grupos, levando-se em conta que frações de classe podem exercer funções hegemônicas.

Gramsci não propõe a hegemonia de um partido único, e sim uma democracia plural. Entende que deve haver um partido principal, mas não único. A hegemonia é, então, o espaço consensual, a busca de acertos, alianças etc., não sendo espaço de confronto. Salvo se estiver claro o jogo de forças e as classes dominadas estiverem ideologicamente conscientes e materialmente armadas. Aí, sim, caracterizar-se-á a guerra de movimento e a possibilidade de tomada do poder (Brasil, 1988).

Althusser — no âmbito político — tem a intenção de **completar** a teoria de Estado marxista, por entender suas limitações enquanto concebido unicamente como aparelho repressivo. Este, na teoria marxista é compreendido pelo Governo, Administração, Exército, Polícia, Tribunais, Prisões etc. O que Althusser chama Aparelhos Repressivos de Estado indica o Aparelho de Estado que “funciona pela violência — pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas)” (Althusser, 1980: 43). O que o pensador francês **acrescenta** à teoria marxista é o conceito de Aparelho Ideológico de Estado (AIE), que significa “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (Althusser, 1980: 43).

A ideologia, na perspectiva estruturalista althusseriana é entendida como um dos níveis que, juntamente com o político e o econômico, delineiam uma dada formação social. Os AIEs compõem-se das seguintes instituições: (a) o AIE religioso; (b) o AIE escolar; (c) o AIE familiar; (d) o AIE jurídico; (e) o AIE sindical; (f) o AIE político; (g) o AIE da informação; e (h) o AIE cultural. Estes AIEs não se confundem com os Aparelhos Repressivos de Estado, que pertencem ao domínio público, enquanto os AIEs compõem o domínio privado.

No âmbito epistemológico, Althusser adota uma postura cientificista ao distinguir ciência e ideologia, pois caberia à filosofia “proceder a purificação da ciência de toda contaminação ideológica” (Severino, 1986: 45). Althusser considera a importância da

ideologia, enquanto uma relação real na sociedade, embora seja imaginária. O nível de inconsciência não lhe dá um caráter de superação das contradições sociais, pois Althusser acaba por definir ideologia como instrumento de dominação, afastando a possibilidade de existência de uma ideologia das classes dominadas.

Podemos sintetizar o estudo da categoria ideologia a partir de alguns níveis de análise.

Sobriño (1986), por exemplo, entende que “a utilização do termo ideologia registra uma conotação dupla e oposta: uma conotação positiva, ou uma conotação negativa” (p. 16), ambas vinculadas à noção de conhecimento, ou ciência. Em última análise, trata-se da questão da verdade/não-verdade. Ou, em outras palavras, do entendimento da realidade ou de sua deformação.

Em sua versão positiva, as estruturas sociais poderiam ser explicadas pela superestrutura ideológica. A ideologia, pois, interpreta fidedignamente a conjuntura estando apta a modificá-la. Esta versão compreende a ideologia como privilégio das classes dominantes, cimentando-as para seus movimentos, como em suas revoluções democrático-liberais. Fica claro, nesse sentido, uma vinculação entre ciência e ideologia.

Em sua versão negativa, a ideologia assume o papel de falsa consciência, afastando ao máximo a ciência da ideologia, como por exemplo, em Althusser. A autora constata o caráter de negatividade que Marx concede à ideologia, concluindo pela necessidade de não considerar a pertinência da definição da categoria por critérios de veracidade e falsidade, na medida em que se deve

examinar a representação em si, estudando-a como um produto específico, considerando os modos de organização dos seus conteúdos [...]. Será necessário, então validar o procedimento que parte da consideração da ideologia como uma totalidade organizada, dialética e autônoma (Sobriño, 1986: 20).

Nosela (1983) ao estudar alguns autores que procuraram entender a ideologia numa perspectiva marxista, também considera a possibilidade de leitura a partir de duas grandes tendências.

A primeira tem o seu locus na classe dominante e interpreta ideologia como falsa consciência, tendo como objetivo “escamotear a exploração econômica e a dominação política que as classes dominantes exercem sobre as classes subalternas” (p. 1). Nesse caso, a ideologia — enquanto espaço de luta política para a superação das contradições do real — não poderia cumprir um papel revolucionário.

A segunda tendência não concede à ideologia um conceito restrito, retirando-lhe o caráter pejorativo e de negatividade que já se está tornando tradicional. Nessa perspectiva, “aplica-se também ao pensar da classe dominada com função de orientar uma ação revolucionária de libertação dialética e objetiva dessa mesma classe” (p. 2).

Ao final desse ensaio, algumas posições podem ser assumidas. Em primeiro lugar, não podemos desprezar o pioneirismo de Marx e Engels no que concerne ao conceito de ideologia. Por mais que n’ A Ideologia Alemã possamos encontrar um conceito restrito da categoria ideologia, é bom lembrar — em nome da teoria social marxiana — as condições em que foram produzidas. A luta de Marx e Engels contra os neo-hegelianos, sem dúvida, obrigou-os a radicalizarem suas posições em nome de uma tarefa que era eminentemente política, e não acadêmica. Não se pode esquecer que as ampliações do conceito de ideologia se deram a partir d’ A Ideologia Alemã, cabendo-lhe, portanto, todos os méritos. Não nos esqueçamos que ideologia é — também — falsa consciência e que essa noção é fundamental em qualquer espaço de luta política.

Num segundo momento, a maior e necessária ampliação do conceito deve-se àquele que colocou em prática os princípios marxistas, aplicando-os a uma situação

histórica determinada. Nada mais dialético, portanto. Lenine e os que lhe seguiram no trabalho de ampliação negaram — dialeticamente — a concepção de Marx.

Superaram-na, portanto.

Gramsci parece ser aquele que melhor cumpriu esta tarefa de ampliação. Sempre acompanhando o movimento da história, analisou aspectos que os seus antecessores marxistas não se aprofundaram (até porque não era seu objetivo), dando uma contribuição inestimável a todos os que tentam encontrar meios de se criar uma Outra sociedade, onde os homens são reconhecidos pelo que são, e não pelo que têm.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1980.
- BEDONE, Dalva B. Sociologia e sociedade. In: MARCELINO, Nelson C. (org.). *Introdução às Ciências Sociais*. Campinas: Papyrus, 1987.
- BRASIL, Sérgio de S. *Ideologia e Gramsci*. (Notas de aula). Rio de Janeiro: IFICS (UFRJ), 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FLICKINGER, Hans G. *Marx: nas pistas da desmitificação filosófica do capitalismo*. Porto Alegre: L & PM, 1985.
- HALL, Stuart. O interior da ciência: ideologia e a “sociologia do conhecimento”. In: Centre for Contemporary Cultural Studies (org.). *Da Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- HARDING, Neil. Lênin (verbetes). In: Tom Bottomore (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LARRAIN, Jorge. Ideologia (verbetes). In: Tom Bottomore (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1987.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escolhidas*. (vol. 3). São Paulo: Alfa-omega, s/d.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MC DONOUGH. A ideologia como falsa consciência: Lukács. In: Centre for Contemporary Cultural Studies (org.). *Da Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- NETTO, José P. *Georg Lukács*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NOSELLA, Maria de L. C. *Um debate sobre o conceito de ideologia*. (Mimeo).

Campinas: Unicamp, 1983.

SEVERINO, Joaquim S. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

SOBRIÑO, Encarnación. *Ideologia e Educação: reflexões teóricas e propostas metodológicas*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

LENINE, Vladimir I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Global, 1987.

LENINE, Vladimir I. *Que fazer?* Lisboa: Estampa, 1974.

VÁSQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.